

PAUTA PARA A 152ª SESSÃO ORDINÁRIA EM 18 DE OUTUBRO DE 2017

Em pauta por 5 (cinco) sessões, para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o artigo 156 e o item 2 do parágrafo único do artigo 148 do Regimento Interno.

1ª Sessão

- 1 Projeto de lei nº 945, de 2017, de autoria do deputado Orlando Bolçone. Dá a denominação de "Amaury Guarnieri" ao trevo do acesso à cidade de Poloni, localizado no km 483, da Rodovia Feliciano Salles da Cunha, em Poloni.
- 2 Projeto de lei nº 946, de 2017, de autoria do deputado Chico Sardelli. Acrescenta o item 3 ao § 4º do artigo 5º da Lei nº 6.374, de 1989, que isenta do pagamento de ICMS a aquisição de caminhão de plataforma (guincho) por empresas que realizam autossocorro e ou remoção de veículo.
- 3 Projeto de lei nº 947, de 2017, de autoria do deputado Gil Lancaster. Dispõe sobre a disponibilização na internet da lista de pessoas condenadas por crime de violência contra a mulher.
- 4 Projeto de lei nº 948, de 2017, de autoria do deputado Gil Lancaster. Torna obrigatório aos hospitais Estaduais fornecerem por escrito uma justificativa, quando da impossibilidade de atendimento do paciente.
- 5 Projeto de lei nº 949, de 2017, de autoria do deputado Gil Lancaster. Obriga pet shops, clínicas veterinárias e estabelecimentos similares a fixarem cartazes que facilitem e incentivem a adoção de animais.
- 6 Projeto de lei nº 950, de 2017, de autoria do deputado Gil Lancaster. Dispõe sobre medidas de prevenção e combate ao abuso sexual de mulheres nos meios de transporte coletivo do Estado.

- 7 Projeto de lei nº 951, de 2017, de autoria do deputado Gil Lancaster. Inclui no currículo escolar da rede estadual de ensino público, conteúdo relativo aos direitos fundamentais individuais.
- 8 Projeto de lei nº 952, de 2017, de autoria do deputado Gil Lancaster. Ficam as salas de cinema obrigadas a reservar, no mínimo, uma sessão mensal destinada a crianças e adolescentes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e suas famílias, no Estado.
- 9 Projeto de lei nº 953, de 2017, de autoria do deputado Gil Lancaster. Dispõe sobre a destinação final dos cilindros para armazenamento de gás natural veicular (GNV), utilizado como combustível com prazo de validade vencido e/ou reprovado na requalificação.
- 10 Projeto de lei nº 954, de 2017, de autoria do deputado Sebastião Santos. Classifica Paulicéia como Município de Interesse Turístico.
- 11 Projeto de lei nº 955, de 2017, de autoria do deputado Gil Lancaster. Obriga os médicos cirurgiões a informar ao paciente os dados de procedência, incluindo fabricante e numeração do lote das próteses de silicone a serem implantadas.
- 12 Projeto de lei nº 956, de 2017, de autoria do deputado Carlos Bezerra Jr.. Institui a Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Programa Restaurante Popular.

2ª Sessão

- 1 Projeto de lei nº 941, de 2017, de autoria da deputada Leci Brandão. Torna obrigatória a instalação de salas de apoio à amamentação em órgãos públicos do Estado.
- 2 Projeto de lei nº 942, de 2017, de autoria do deputado Wellington Moura. Classifica Ourinhos como Município de Interesse Turístico.
- 3 Projeto de lei nº 943, de 2017, de autoria do deputado Welson Gasparini. Dá a denominação de "Vereador Carlos Domingos Pupim" à via de acesso SPA 348/334 km 0,00 ao km 3,35 na Rodovia Cândido Portinari, em Batatais.
- 4 Projeto de lei nº 944, de 2017, de autoria do deputado Welson Gasparini. Declara de utilidade pública a "Associação Presbiteriana de Filantropia de Piracicaba Projeto Crescer", naquele Município.

3ª Sessão

- 1 Projeto de lei nº 939, de 2017, de autoria do deputado Teonilio Barba. Institui o "Estatuto Estadual da Liberdade Religiosa".
- 2 Projeto de lei nº 940, de 2017, de autoria do deputado José Zico Prado. Institui a "Política de Defesa da Citricultura Paulista".
- 3 Moção nº 98, de 2017, de autoria do deputado Rodrigo Moraes. Manifesta repúdio à iniciativa do Banco Santander em promover com recursos da Lei Rouanet a exposição Queermuseu Cartografias da Diferença na Arte Brasileira, e ao Museu de Arte Moderna MAM, na capital de São Paulo, com o evento chamado "La BETÊ".

4ª Sessão

- 1 Projeto de lei nº 936, de 2017, de autoria do deputado Milton Vieira. Autoriza o Poder Executivo a instalar restaurante do "Programa Bom Prato", em Paraibuna.
- 2 Projeto de lei nº 937, de 2017, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Dispõe sobre a afixação de placa informativa do Engenheiro de Segurança do Trabalho e do Técnico de Segurança do Trabalho nas obras e serviços públicos do Estado.
- 3 Projeto de lei nº 938, de 2017, de autoria do deputado Sebastião Santos. Classifica Capela do Alto como Município de Interesse Turístico.

5ª Sessão

- 1 Projeto de lei nº 929, de 2017, de autoria do deputado Marco Vinholi. Inclui no Calendário Turístico do Estado a "Festa do Padroeiro Jesus no Horto das Oliveiras", na Capital.
- 2 Projeto de lei nº 930, de 2017, de autoria do deputado Afonso Lobato. Dispõe sobre a criação do Painel Paulista de Obras e Serviços Públicos, em endereço eletrônico próprio e disponível para acompanhamento online.
- 3 Projeto de lei nº 931, de 2017, de autoria do deputado Marco Vinholi. Autoriza o Poder Executivo a implantar um restaurante do "Programa Bom Prato", nas proximidades do Hospital Padre Albino, em Catanduva.

- 4 Projeto de lei nº 932, de 2017, de autoria do deputado Junior Aprillanti. Dispõe sobre a inclusão na grade curricular do Ensino fundamental II e Ensino Médio das Redes de Ensino Público e Privado as matérias de Organização Social e Política Brasileira e Valores Cívicos, Éticos e Morais na nossa Sociedade.
- 5 Projeto de lei nº 933, de 2017, de autoria do deputado Afonso Lobato. Institui a implantação das floras para a preservação ambiental no Estado.
- 6 Projeto de lei nº 934, de 2017, de autoria do deputado André Soares. Regulamenta a cobrança do serviço nos restaurantes, lanchonetes, bares e congêneres.
- 7 Projeto de lei nº 935, de 2017, de autoria do deputado Campos Machado. Institui a obrigatoriedade de controle, monitoramento e tratamento do lixiviado (chorume) produzido em vazadouros, aterros controlados e aterros sanitários no Estado.
- 8 Moção nº 97, de 2017, de autoria do deputado Gilmaci Santos. Apela para o Sr. Ministro da Educação a fim de que o Ministério da Educação MEC, antes de aprovar qualquer curso de ensino à distância, principalmente na área de saúde, ouça os conselhos das respectivas categorias, a fim de colaborarem com a decisão da autorização ou não de esses cursos serem ministrados via ensino à distância EaD.

Em pauta por 15 (quinze) sessões para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o § 2º do artigo 246 do Regimento Interno.

6ª Sessão

Projeto de lei nº 902, de 2017, de autoria do Sr. Governador. Orça a Receita e fixa a Despesa do Estado para o exercício de 2018